

LUÍS EDUARDO SCHOUERI  
JOÃO FRANCISCO BIANCO  
**Coordenadores**

LEONARDO FREITAS DE MORAES E CASTRO  
PAULO CÉSAR TEIXEIRA DUARTE FILHO  
**Organizadores**

ALCIDES JORGE COSTA  
**Apresentação**

# **ESTUDOS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

## **EM HOMENAGEM AO PROF. GERD WILLI ROTHMANN**

Editora Quartier Latin do Brasil  
São Paulo, agosto de 2016  
[quartierlatin@quartierlatin.art.br](mailto:quartierlatin@quartierlatin.art.br)  
[www.quartierlatin.art.br](http://www.quartierlatin.art.br)

## EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua Santo Amaro, 316 – Centro – São Paulo

Contato: [quartierlatin@quartierlatin.art.br](mailto:quartierlatin@quartierlatin.art.br)

[www.quartierlatin.art.br](http://www.quartierlatin.art.br)

SCHOUERI, Luís Eduardo; BIANCO, João Francisco (coords.); CASTRO, Leonardo Freitas de Moraes e; DUARTE FILHO; Paulo César Teixeira (orgs.). Estudos de Direito Tributário em Homenagem ao Prof. Gerd Willi Rothmann – São Paulo: Quartier Latin, 2016

ISBN 85-7674-841-X

1. Direito Tributário. 2. Direito Tributário  
Internacional. I. Título

### **Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil: Direito Tributário
2. Brasil: Direito Tributário Internacional

**Coordenação editorial:** Vinicius Vieira

**Diagramação:** Victor Guimarães Sylvio

**Revisão gramatical:** Ronaldo Santos Soares

**Capa:** Eduardo Nallis Villanova

**Fotografia:** Rômulo Fialdini

1086252

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## Sumário

Sobre os Autores.....	25
Apresentação .....	35

### **CAPÍTULO I** **Direito Tributário** **Internacional e Comparado**

#### **1. Integralização de Capital Social com Ativos Intangíveis: Aspectos Internacionais sob a Ótica Tributária, 39**

ANDRESSA PEGORARO & ARTHUR PEREIRA MUNIZ BARRETO

1. Introdução.....	39
2. Transferência de tecnologia e a insuficiência da legislação tributária.....	40
3. Aspectos tributários da integralização de capital social com <i>know-how</i> .....	43
4. A integralização de capital social com ativos intangíveis e a aplicabilidade das convenções para evitar a dupla tributação.....	51
5. Conclusão .....	58

#### **2. O Princípio da Não Discriminação e os Tratados Internacionais em Matéria Tributária, 61**

BETINA TREIGER GRUPENMACHER

1. Considerações Preliminares.....	61
2. Tratados Internacionais em Matéria Tributária e os Limites ao Exercício da Competência Tributária no Âmbito Internacional.....	66
3. O Artigo 98 do Código Tributário Nacional e a Superioridade Hierárquica dos Tratados .....	71
4. O Tratado Brasil-Suécia e o Princípio da Não Discriminação.....	74
4.1. Nacionalidade .....	75

4.2. Residência.....	76
4.3. Fonte.....	77
4.4. O Princípio da Não Discriminação.....	77
5. Conclusão .....	88
6. Referências Bibliográficas .....	89

**3. Resolução de conflitos no direito tributário internacional:  
o procedimento arbitral conforme o Art. 25, parágrafo 5, da  
Convenção-Modelo da OCDE para tratados bilaterais  
contra bitributação à luz da Ação 14 do BEPS, 91**

JAN CURSCHMANN

**4. A contribuição alemã nos primeiros  
anos da formação disciplinar do Direito Tributário Brasileiro, 101**

JEFERSON TEODOROVICZ

Introdução .....	101
1. Antecedentes no Direito Público Alemão (Direito Administrativo e Financeiro).....	102
2. A autonomia legislativa do Direito Tributário Alemão.....	106
3. O surgimento da literatura jurídico-tributária de matriz germânica.....	109
4. A repercussão germânica indireta nos primeiros anos da literatura tributária brasileira.....	116
5. A tradição germanista no Direito Tributário Brasileiro.....	119
Considerações Finais .....	125
Referências Bibliográficas .....	126

**5. The Impact of Human Rights on Domestic  
Substantive Taxation – the German Experience, 133**

JOACHIM ENGLISH

I. Introduction.....	133
II. Human dignity.....	134

III. Equality in taxation .....	136
1. Tax fairness and tax equity .....	136
2. Consistency of the system and proportionality of exceptions.....	137
3. The case law on “structural enforcement deficiencies”.....	143
4. Non-discrimination.....	145
IV. Freedom Rights.....	146
1. Multifaceted significance in substantive taxation.....	146
2. The prohibition of excessive tax burdens in particular.....	149
3. Deductions, allowances or exemptions for “indispensable” expenditure, especially related to marriage and family life.....	150
V. Conclusion .....	152

## **6. Lei Interna Interpretativa de Tratado Internacional: Possibilidade e Consequências – O Caso da CSLL e da Lei nº 13.202/2015, 155**

JOÃO FRANCISCO BIANCO & RAMON TOMAZELA SANTOS

Homenagem.....	155
1. Introdução .....	155
2. Os Tratados Internacionais para Evitar a Dupla tributação .....	156
3. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL.....	161
4. Análise da Lei nº 13.202 e os seus efeitos jurídicos.....	166
5. A interpretação da Lei nº 13.202 à luz do art. 2º dos acordos de bitributação celebrados pelo Brasil .....	171
6. Conclusões.....	178

## **7. Qualification of Services under Double Tax Treaties in Brazil: Open Issues after Iberdrola Case, 179**

LEONARDO FREITAS DE MORAES E CASTRO &  
ALEXANDRE LUIZ MORAES DO RÊGO MONTEIRO

1. Introduction.....	179
2. Legal Framework.....	180
2.1. Domestic Legislation.....	180
2.2. DTTs entered into by Brazil.....	182

2.3. Brazilian Tax Authorities' view on payment of service under DTT .....	187
a. Before 2013 .....	187
b. From 2013 onwards .....	189
2.3.1. Interpretative Declaratory Act 5/14.....	190
2.3.2. Private Ruling COSIT No. 153/2015.....	192
2.3.3. Binding effects of Private Rulings issued by COSIT.....	192
3. Brazilian Case Law (Judicial Precedents).....	193
3.1. Superior Court of Justice (STJ) .....	193
3.2. Precedents from the Lower Courts.....	196
4. Open Issues yet to be Addressed by the Case Law .....	199
5. Conclusion.....	201

## **8. O *Arm's Length* como Princípio ou como *Standard* Jurídico, 203**

LUÍS EDUARDO SCHOUEIRI

1. Introdução .....	203
2. Natureza Jurídica das Regras de Preços de Transferência .....	205
3. O Parâmetro <i>Arm's Length</i> e a Igualdade .....	208
3.1. O <i>arm's length</i> e as diversas finalidades da norma tributária.....	211
3.2. Pode-se falar em “Princípio <i>arm's length</i> ”? .....	213
3.3. Margens predeterminadas como padronização .....	216
4. O <i>Arm's Length</i> como standard jurídico.....	220
4.1. Origem do <i>arm's length</i> como <i>standard</i> jurídico.....	221
4.2. A relevância do <i>standard</i> no Ordenamento Jurídico brasileiro .....	228
5. Conclusão .....	230

## **9. A tributação brasileira dos lucros de empresas controladas residentes em países com acordos de bitributação, 231**

LUÍS FLÁVIO NETO

Introdução.....	231
1. O problema para análise: a tributação brasileira dos lucros de controladas residentes em países com acordos de bitributação.....	234
2. Instrumentais pertinentes à construção das normas jurídicas aplicáveis ao <i>problema proposto para análise</i> .....	238

2.1. O contexto intrínseco e o sentido do termo “pagos” (ou mesmo da expressão “dividendos pagos”).....	240
2.2. O contexto extrínseco primário e o sentido do termo “pagos” (ou mesmo da expressão “dividendos pagos”).....	241
2.2.1. Decisões da Suprema Corte holandesa ( <i>Hoge Raad der Nederlanden</i> ) sobre a aplicação do acordo Brasil-Países Baixos.....	241
2.2.2. O recurso a <i>parallel treaties</i> para a interpretação do termo “pagos” (ou mesmo da expressão “dividendos pagos”).....	243
2.3. O contexto extrínseco secundário e o sentido do termo “pagos” (ou mesmo da expressão “dividendos pagos”).....	245
2.3.1. Os Comentários à CM-OCDE como evidências quanto ao sentido dos termos dos acordos de bitributação .....	246
2.3.1.1. Os Comentários à CM-OCDE editados após a celebração do acordo Brasil-Países Baixos .....	247
2.3.2. A posição do outro Estado contratante quanto aos Comentários à CM-OCDE.....	249
3. Conclusões e considerações finais .....	250

## **10. (In)constitucionalidade do *treaty override* na jurisprudência alemã recente, 251**

MARTA OLIVEROS CASTELON

I. Saudações ao professor .....	251
II. Objetivo e estrutura do presente texto.....	251
III. Acórdão do Tribunal Fiscal Federal ( <i>Bundesfinanzhof</i> ) propondo ação direta de inconstitucionalidade.....	252
3.1. A situação fática subjacente e o dispositivo analisado.....	252
3.2. Ofensa ao princípio da receptividade ao direito internacional público ( <i>Völkerrechtsfreundlichkeit</i> ) enquanto derivação do princípio do Estado de Direito .....	253
3.2.1. Origem do princípio da receptividade ao direito internacional público.....	254
3.2.2. Princípio da receptividade ao direito internacional público na jurisprudência da Corte Constitucional .....	255
3.2.3. <i>Pacta sunt servanda</i> como norma geral de direito internacional público.....	258

3.3. Ofensa ao direito fundamental à igualdade .....	259
3.4. Direito subjetivo a que a ordem constitucional seja observada.....	260
IV. Julgamento da Corte Constitucional Alemã de 15 de dezembro de 2015 .....	260
4.1. A opinião majoritária.....	260
4.2. Voto dissidente da juíza König.....	263
V. Análise crítica .....	264
VI. Bibliografia .....	265

## **11. Der Begriff der „shares“ in Art 13 Abs 4 OECD-MA, 267**

MICHAEL LANG

I. Der Hintergrund für die Schaffung des Art 13 Abs 4 OECD-MA .....	267
II. Die Irrelevanz der Ansässigkeit der Gesellschaft .....	269
III. Maßgeblichkeit des innerstaatlichen Rechts? .....	270
IV. Die abkommensautonome Auslegung .....	271
V. Zusammenfassende Bewertung .....	275

O Conceito de “*shares*” no Art. 13, § 4, da Convenção-Modelo da OCDE (Tradução livre por Paulo César Teixeira Duarte Filho).....276

I. Os Bastidores da Criação do Art. 13, § 4, da Convenção-Modelo da OCDE (CM-OCDE) .....	276
II. A Irrelevância do Domicílio da Sociedade .....	278
III. Relevância do Direito Interno?.....	279
IV. A Interpretação Autônoma da Convenção.....	280
V. Avaliação Conclusiva.....	284

## **12. Constitutional, International and European Law. Requirements for Taxation. German Perspective, 287**

MORIS LEHNER

I. Introduction.....	287
1. The Boston Tea Party .....	287
2. Contemporary Challenges .....	287



II. Basic Constitutional directives of Taxation.....	288
1. Basic Rights .....	288
a. Ability to Pay .....	289
b. Legal Protection of the Taxpayer .....	291
2. Distribution of Tax Revenue among the Federation and the Constituent States .....	292
III. Constitutional Prerequisites for Cross-Border Taxation.....	292
1. Tax Jurisdiction as an Emanation of National Sovereignty.....	293
2. Territoriality and the Principle of Equivalence .....	293
IV. Requirements of International Law for Cross-Border Taxation .....	294
1. Concepts of Tax Neutrality as Guidelines for Double Taxation Conventions .....	295
a. Capital Export Neutrality (CEN) .....	295
b. Capital Import Neutrality (CIN).....	296
c. Capital Ownership Neutrality (CON).....	296
d. Other Concepts of Tax Neutrality.....	297
2. Double Taxation Conventions – The Problem of Treaty Override.....	298
V. Requirements of European Union Law.....	298
1. Constitutional Prerequisites .....	298
2. European Union Law Prerequisites .....	299
a. Tax Competition followed by a Code of Conduct.....	299
b. The Impact of the Basic Freedoms .....	299
VI. Conclusion.....	301

### **13. Relações entre estabelecimento permanente e matriz: da recepção falha no Direito Brasileiro, 203**

PAULO CALIENDO

1. Do tratamento dos rendimentos dos EPs decorrentes de lucros de empresas.....	303
1.1. Do princípio da “força de atração restrita” (“ <i>no force of attraction</i> ”).....	303
a. Da renda resultante da dissolução de um EP .....	305
b. Do momento de atribuição dos rendimentos .....	305
c. Da remessa de lucros do EP para a matriz.....	305
1.2. Do princípio da universalidade no Direito brasileiro e do princípio da força de atração restrita.....	306

2. Da regra básica de alocação dos rendimentos.....	310
a. Do tratamento dos lucros decorrentes de atuação indireta de empresas residentes no Brasil.....	311
b. Da filial ou sucursal sem autonomia.....	314
c. Das demonstrações financeiras.....	314
3. Da recepção falha pelo Direito brasileiro dos conceitos de tributação internacional.....	315
Considerações Finais.....	318
Referências Bibliográficas.....	318

#### **14. Os *Royalties* nos Acordos Brasileiros para Evitar a Dupla Tributação, 321**

PAULO CÉSAR TEIXEIRA DUARTE FILHO

1. Introdução .....	321
2. <i>Royalties</i> e os Acordos Internacionais.....	322
2.1. Conceito de <i>Royalties</i> .....	324
2.1.1. Descrição e Principais Elementos.....	324
2.1.1.1. Locação de Equipamentos.....	325
2.1.1.2. Direito de Uso de <i>Software</i> .....	326
2.1.1.3. <i>Know-How</i> , Serviços Técnicos e Assistência Técnica.....	327
2.1.1.3.1. A Posição da Fazenda Nacional.....	331
2.1.1.3.1.1. Até 20.6.2014.....	331
2.1.1.3.1.2. A partir de 20.6.2014.....	337
2.1.1.3.2. Considerações e Problemas nas Relações Internacionais.....	340
2.2. Atribuição do Direito de Tributar.....	342
2.2.1. Tributação pelo Estado da Fonte .....	342
2.2.1.1. O Regime dos Acordos.....	342
2.2.1.2. Os Limites ao Poder de Tributar do Estado da Fonte.....	343
2.2.1.3. O Controle da Tecnologia e seus Impactos nas Políticas Tributárias Brasileiras .....	347
2.2.1.3.1. O Controle da Tecnologia.....	347
2.2.1.3.2. Medidas de Limitação à Remessa de <i>Royalties</i> ao Exterior....	348
a. Primeiros limites de dedutibilidade (Lei nº 3.470/1958) .....	348
b. Proibição de remessas (Lei nº 4.131/1962).....	349

c. Disciplina complementar (Lei nº 4.506/1964 e Decreto-Lei nº 1.730/1979) .....	349
d. Eliminação parcial das restrições (Lei nº 8.383/1991).....	350
2.2.1.3.3. Medidas de Limitação e o Art. 24 das Convenções Modelo..	350
2.2.1.3.4. Medidas de Limitação no Estado da Fonte e <i>Transfer</i>	
<i>Pricing</i> no País de Residência do Beneficiário dos <i>Royalties</i> .....	352
2.3. Tributação pelo Estado da Residência.....	354
2.3.1. Os Métodos para Evitar a Dupla Tributação sobre os <i>Royalties</i> ...	354
2.3.2. Os Métodos Adotados pelos Acordos Brasileiros no	
Caso de <i>Royalties</i> .....	355
2.3.2.1. Aspectos Gerais .....	355
2.3.2.2. Cláusulas <i>Tax Sparing</i> ( <i>matching credit</i> e <i>tax sparing</i>	
<i>stricto sensu</i> ).....	357
3. Considerações Finais.....	363

## **15. A Tributação Direta do Resultado de Controladas Indiretas no Exterior: Problemas na Aplicação da Lei 12.973/14, 367**

PAULO AYRES BARRETO & PAULO ARTHUR CAVALCANTE KOURY

I. Introdução .....	367
II. O Regime da MP 2.158-35/01: Consideração Indireta da Controlada Indireta e a Formação da Base de Cálculo do IRPJ e da CSLL.....	368
III. O Regime da Lei 12.973/14: Consideração Direta da Controlada Indireta e a Formação da Base de Cálculo do IRPJ e da CSLL.....	372
IV. A (In)aplicabilidade dos Ajustes de Neutralização Contábil da Lei 12.973/14 aos Resultados de Controladas Indiretas.....	377
V. O Problema do Reconhecimento Contábil, por Controladas Intermediárias, de <i>Impairments</i> em Participações Societárias Registradas pelo Custo .....	381
VI. Síntese Final .....	385
Bibliografia .....	386

## **16. O Instituto do “Trust” na Perspectiva do Direito Brasileiro, 389**

RICARDO MARIZ DE OLIVEIRA

I. Desconfiança e Suspeita – Perplexidade ante a Possível Validade no Brasil .....	389
II. O “Trust” no Direito Comparado .....	391
III. A Validade do “Trust” no Brasil.....	396
IV. Consequências Tributárias no Brasil, de um “Trust” no Exterior, e Outras Implicações.....	403
V. Obrigação de Declarar o “Trust” no Brasil.....	406
VI. A Regularização de Capitais Brasileiros no Exterior .....	414

## **17. Os Desafios da Tributação de Operações Internacionais na Economia Digital, 417**

ROBERTO FRANÇA DE VASCONCELLOS

1. Introdução .....	417
2. Considerações Gerais.....	419
3. Economia Digital e Operações de Comércio Eletrônico.....	421
4. Debate sobre a Aplicação das Tradicionais Regras de Tributação à Economia Digital .....	422
4.1. O Contexto internacional Atual.....	423
4.2. Princípios Aplicáveis à Economia Digital.....	424
4.3. A Disputa Pelo Poder Tributário.....	425
4.4. As Razões da Disputa.....	425
4.5. Justifica-se Realmente o Temor pela Perda do Rendimento Tributável? .....	426
4.6. Estados Unidos – Em Defesa da Tributação no País da Residência.....	427
4.7. A Política Norte-Americana.....	428
4.8. A Posição Europeia Acerca da Tributação do Comércio Eletrônico.....	432
4.9. A Importância do Consenso Internacional.....	432
5. Alternativas para a Tributação na Economia Digital.....	436
5.1. Em Defesa da Tributação no País da Fonte.....	437

## **18. Estudo Comparado dos Sistemas de Controle da Constitucionalidade das Leis e do Poder de Tributar, 445**

SACHA CALMON NAVARRO COELHO

Prólogo.....	445
A Experiência Norte-Americana – a Origem do Controle	
Jurisdicional das Leis em Face da Constituição.....	447
Os Contrastes entre a Ilha e os Estados Unidos.....	447
Os Lances da História.....	448
Os Traços da Constituição Nascente – O Embrião do	
Controle Jurisdicional das Leis.....	449
O Surgimento e a Evolução do Sistema Norte-Americano de	
Controle Jurisdicional da Constitucionalidade das Leis.....	450
O Controle do Poder de Tributar na Constituição Brasileira de	
1988 e os Princípios da Capacidade Econômica e da	
Pessoalidade dos Impostos como Princípios Orientadores	
do Exercício das Competências Tributárias.....	458
A Capacidade Contributiva e as Espécies Tributárias –	
Capacidade Contributiva e Extrafiscalidade.....	460
O Art. 145, § 2º, ou o Papel Controlador da Base de Cálculo	
dos Tributos.....	462
A Lei Complementar e seu Relacionamento Jurídico com	
a Constituição Federal e as Leis Ordinárias. Ajuda o	
Controle mas Embola a Competência do Superior Tribunal	
de Justiça.....	466
Como Operam as Leis Complementares em Matéria Tributária.....	468
Síntese Final.....	472

## **19. Planejamento Tributário Abusivo Estatal: O Caso do Brasil, 473**

SÉRGIO ANDRÉ ROCHA

1. Contexto Atual do Controle do Planejamento Tributário.....	473
2. Tratados Tributários Brasileiros.....	475
3. O Caso da CIDE-Remessas.....	475
4. Inclusão da CIDE-Remessas no Escopo dos Tratados Brasileiros.....	476

5. Posição das Autoridades Fiscais Brasileiras.....	477
6. Extensão além dos <i>Royalties</i> .....	479
7. O Teste da Substância sobre a Forma.....	480
8. O Princípio da Moralidade.....	483
9. O Princípio da Boa-Fé.....	484
10. Análise do Caso da CIDE-Remessas.....	486
11. Consequências para o Brasil?.....	486
12. Tributação como uma Rua de Mão Dupla.....	487
13. Conclusão.....	488

## CAPÍTULO II

### Direito Tributário Interno

#### 1. O Pagamento de Ágio na Compra de Participações Societárias e a Segurança Jurídica, 493

ELIDIE PALMA BIFANO & BRUNO FAJERSZTAJN

1. Apresentação do tema.....	493
2. História do ágio: em busca de sua essência.....	496
3. A Lei nº 9.532 vista pelas autoridades fiscais.....	503
4. Ágio na jurisprudência do CARF: o emblemático caso das chamadas empresas veículo.....	506
5. O princípio constitucional da segurança jurídica e a Lei nº 9.532.....	511
5.1. Segurança jurídica: breve abordagem.....	511
5.2. O conteúdo jurídico da Lei nº 9.532.....	515
6. O cenário atual sobre o ágio e o necessário recurso ao Poder Judiciário.....	519
7. Manifestações do Poder Judiciário sobre o ágio.....	523
7.1. Tribunal Regional Federal da 2ª Região.....	524
7.2. Tribunal Regional Federal da 3ª Região.....	526
7.3. Tribunal Regional Federal da 4ª Região.....	530
7.4. Conclusão.....	531

## **2. Da Isenção da Taxa Denominada Emolumentos pela Concessão de Gratuidade da Justiça, 535**

EURÍPEDES GOMES FAIM FILHO

Introdução.....	535
Gratuidade de emolumentos.....	535
O serviço notarial e registral.....	536
Conceito de emolumentos.....	537
Natureza jurídica dos emolumentos.....	538
A gratuidade como isenção tributária.....	538
Da revogação da isenção de gratuidade de emolumentos pelo juiz corregedor.....	540
Compensações aos notários e registradores.....	541
A isenção e o art. 150, §6º, da Constituição da República.....	542
Conclusões.....	544

## **3. Extrafiscalidade sob controle – a limitação do poder legal de aumentar a carga tributária – crítica científica dos artigos de Martha Turíbio Leão e de Paulo Vitor Vieira da Rocha, 545**

FERNANDO ZILVETI

1. Introdução.....	545
2. Resenha crítica do texto de Martha Leão.....	548
3. Resenha crítica do texto de Paulo Vitor Vieira da Rocha.....	552
4. A tributação extrafiscal sob controle.....	556
5. Conclusão.....	562

## **4. Sigilo Bancário e Fiscalização Tributária: análise de constitucionalidade do art. 6º da Lei Complementar nº 105/01, 565**

FERNANDO FACURY SCAFF & MICHEL HABER NETO

1. Introdução .....	565
2. Atividade Fiscalizatória da Administração Tributária.....	567

3. O Sigilo Bancário no Ordenamento Jurídico Brasileiro.....	571
3.1. Direito Fundamental à Privacidade e Garantia Fundamental ao Sigilo.....	572
3.2. Fundamentos Constitucionais do Sigilo Bancário.....	574
3.3. Sigilo Bancário na Legislação Infraconstitucional e Requisitos para sua Mitigação.....	576
4. A Inconstitucionalidade dos artigos 5º e 6º da Lei Complementar 105/2001.....	580
5. Análise das recentes Decisões do Supremo Tribunal Federal.....	583
6. Conclusão.....	586

**5. *Cloud Computing* e a Tributação do *Software as a Service* (SaaS), 589**  
**GILBERTO DE CASTRO MOREIRA JÚNIOR & FLORA FERREIRA DE ALMEIDA**

1. Introdução.....	589
2. <i>Cloud Computing</i> : conceito e operacionalização.....	589
3. A Jurisprudência do STF Sobre a Tributação do <i>Software</i> .....	591
4. <i>Software as a Service</i> (SaaS): Mercadoria ou serviço? .....	593
5. <i>Software as a Service</i> (SaaS) – <i>Cloud Computing</i> como operação de circulação de mercadoria.....	594
6. <i>Software as a Service</i> (SaaS) como Serviço.....	596
6.1. Da taxatividade da lista de serviço prevista na Lei Complementar 116/03.....	598
6.2. Decisões judiciais e Solução de Consulta sobre o <i>Software</i> <i>as Service</i> (SaaS).....	602
Bibliografia.....	604

**6. A incidência do ICMS sobre o *download* de *softwares*, 605**  
**GUSTAVO BRIGAGÃO**



**7. Reflexões sobre a Súmula 435 do STJ: limites legais ao redirecionamento da execução em caso de dissolução irregular da empresa, 625**

HUGO FUNARO

1. Introdução.....	625
2. Fundamento da Súmula 435 do Superior Tribunal de Justiça.....	626
3. O art. 135 do Código Tributário Nacional veicula responsabilidade por substituição.....	628
4. O Código Tributário Nacional disciplina as hipóteses de transferência de responsabilidade aos sócios de pessoas jurídicas.....	631
5. Limitação do alcance da Súmula 435 do Superior Tribunal de Justiça.....	634
6. Conclusão.....	637

**8. Segurança Jurídica – Uma Teoria Estrutural, 639**

HUMBERTO ÁVILA

Introdução .....	639
1. Modos de compreender a segurança jurídica.....	640
2. Uma proposta estrutural.....	642
Conclusão.....	645

**9. Insindicabilidade Judicial do Mérito da Decisão Administrativa Final Favorável ao Contribuinte. Anulabilidade Apenas em Caso de Vício Formal Grave, 647**

IGOR MAULER SANTIAGO

1. Palavras Iniciais.....	647
2. Tratamento do Tema.....	647
3. Conclusão.....	651

**10. O Sistema Tributário Brasileiro: Uma Análise Crítica, 653**

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

O Sistema Anterior.....	653
-------------------------	-----

O Código Tributário Nacional.....	655
O Sistema Tributário na Constituinte.....	658
O Sistema Atual.....	660
Das Críticas ao Sistema.....	661
A Reforma Possível.....	664

**11. Emenda Constitucional nº 87/2015 – ICMS – Diferencial de Alíquota. Questões Operacionais (Não Cumulatividade, Incentivos Fiscais, Substituição Tributária), 669**

JOSÉ EDUARDO SOARES DE MELO

I. ICMS – Plano Normativo.....	670
II. Emenda Constitucional nº 87/2015 .....	673
III. Regulação por Convênios.....	674
1. Procedimentos.....	674
2. Inconstitucionalidade – matéria reservada à Lei Complementar e não aos Convênios.....	675
IV. Questões Operacionais.....	678
1. Compra presencial realizada por consumidor final.....	678
Comentários .....	679
2. Mercadoria em garantia .....	679
3. Substituição Tributária.....	680
Comentários .....	681
4. Reduções de Base de Cálculo.....	681
Comentários .....	682
5. Material Publicitário e Brindes.....	683
Comentários .....	683
6. Locação de equipamentos.....	684
Comentários .....	684
7. Serviço de Transporte.....	684
Comentários .....	685

## **12. O Simples Nacional e as Sociedades Unipessoais de Advocacia, 687**

MARCELO FRÓES DEL FIORENTINO

Introdução .....	687
1. A Concreção dos Desígnios Constitucionais (Envolvendo os Atos Cooperativos) mesmo na Ausência de uma Lei Formalmente Complementar.....	688
2. A Criação Legislativa das Sociedades Unipessoais de Advocacia.....	690
3. Identificação/Explicitação da Legislação de Regência do Simples Nacional.....	692
4. O Simples Nacional e o Lídimo Direito à Adesão pelas Sociedades Unipessoais de Advocacia .....	702

## **13. Entre a Forma e o Conteúdo na Desconstituição dos Negócios Jurídicos Simulados, 711**

PAULO DE BARROS CARVALHO

1. Introdução.....	712
2. Conhecimento e Linguagem.....	713
2.1. A constituição da “realidade jurídica” por meio da linguagem.....	714
3. Interpretação dos Fatos: Definição de “Fato Puro”, “Fato Contábil” e “Fato Jurídico”.....	715
4. Forma e Conteúdo.....	721
5. O Subsistema Constitucional Tributário e os Princípios que Orientam a Atividade Interpretativa: Estrita Legalidade e Tipicidade Tributária.....	724
5.1. Comentários adicionais acerca da tipicidade e do caráter vinculado da tributação.....	726
6. O Princípio da Autonomia da Vontade.....	727
7. A Figura da “Simulação” no Direito Brasileiro.....	729
7.1. Interpretação dos atos praticados pelo contribuinte – a ilicitude como requisito para desconsideração do negócio jurídico.....	731
7.2. Imprescindibilidade do elemento subjetivo “dolo” para configurar simulação.....	733

8. Requisitos para a Realização do Lançamento e para a Aplicação das Sanções em Face de Operações Simuladas: Existência de Provas .....	734
9. Considerações Finais .....	736

#### **14. Arbitragem Tributária e a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, 739**

PAULO BORBA CASELLA & MARCELO RICARDO ESCOBAR

I. Introdução .....	739
II. Pressuposto da arbitrabilidade tributária: A submissão da Administração Pública à arbitragem.....	740
III. Classificações da Arbitragem Tributária.....	746
IV. Exemplo interno e vigente de arbitragem tributária – CCAF.....	748
V. Conclusões .....	756

#### **15. O Planejamento Tributário e a Teoria do Propósito Negocial, 759**

MIGUEL DELGADO GUTIERREZ

1. Introdução.....	759
2. Teoria do Propósito Negocial ( <i>Business Purpose</i> ).....	759
3. A Utilização da Teoria do <i>Business Purpose</i> na Jurisprudência Administrativa Federal .....	763
4. Críticas à Utilização da Teoria do Propósito Negocial.....	770
5. Conclusão.....	777

#### **16. O Processo de Desmutualização das Bolsas de Valores – Aspectos Tributários, 779**

MODESTO CARVALHOSA

I. Introdução .....	779
II. As bolsas de valores enquanto associações de natureza mutualista....	779
III. A decisão pela desmutualização das bolsas de valores.....	781

IV. Características das cisões parciais.....	782
V. Sub-rogação real de novos títulos na participação detida nas associações cindidas .....	785

### **17. Refletindo sobre o parcelamento de débitos tributários nos 50 anos de CTN, 789**

PHELIPPE TOLEDO PIRES DE OLIVEIRA & DIOGO DE ANDRADE FIGUEIREDO

1. A introdução do parcelamento de débitos tributários no CTN e suas posteriores alterações.....	789
2. Desmistificando a confusão entre o parcelamento e os demais institutos de Direito Tributário.....	790
3. A utilização frequente de “planos de parcelamento” como mecanismo para aumentar a arrecadação imediata dos entes estatais.....	796
4. Efeitos colaterais: desestímulo ao pagamento voluntário de tributos pelos contribuintes e impactos das sucessivas suspensões dos processos de execução fiscal.....	798
5. Conclusões.....	801
6. Referências Bibliográficas.....	802

### **18. Tributação e Dignidade da Pessoa Humana, 803**

REGINA HELENA COSTA

1. Introdução.....	803
2. Tributação: conceito e objeto.....	803
3. Disciplina constitucional da tributação .....	804
4. A conexão entre tributação e direitos fundamentais.....	806
5. O princípio da não obstância do exercício de direitos fundamentais por via da tributação.....	808
6. Exigência de tributos e exercício de direitos fundamentais .....	809
7. O princípio da dignidade da pessoa humana.....	811
8. Tributação e dignidade da pessoa humana.....	812
9. Conclusão.....	817

## **19. A Constitucionalidade da Alíquota Fixa da Taxa de Poder de Polícia na Anotação de Responsabilidade Técnica, 819**

REGIS FERNANDES DE OLIVEIRA

Introdução .....	819
1. A matéria tributária. As Taxas.....	819
1.1. As Taxas.....	820
2. Controle do exercício profissional.....	823
3. Personalidade jurídica dos Conselhos profissionais.....	824
4. O que podem cobrar os Conselhos profissionais? Taxas ou contribuições? .....	824
5. O exercício poder de polícia.....	827
6. A atividade profissional fiscalizada. Base de cálculo.....	828
7. A regra da legalidade. Tributação cerrada?.....	829
8. A linguagem .....	830
9. A regra da segurança jurídica.....	831
10. Modulação das exigências .....	832
11. O fato gerador e a base imponible.....	833
12. O aspecto material da hipótese de incidência .....	834
13. Taxa de valor fixo ou lei que estabeleça teto para sua cobrança .....	837
14. A surpresa do contribuinte.....	838
15. O parágrafo único do art. 2º da lei nº 6.994/82 .....	838
16. É possível a fixação de alíquota única para cobrança da taxa incidente sobre a ART? A tabela de valores .....	840
17. A constitucionalidade da fixação da alíquota pelo teto.....	842
18. Alíquota fixa ou variável.....	844
19. Conclusão .....	846

## **20. Leis Interpretativas: A Propósito do Art. 106 do CTN, 847**

TERCIO SAMPAIO FERRAZ JUNIOR

1. Leis interpretativas.....	847
------------------------------	-----